



A Tributação como Estratégia de Eliminação Progressiva dos Combustíveis Fósseis

Moçambique resumo da política

2026



1.0 Resumo Executivo

A economia energética de Moçambique é moldada pelos combustíveis fósseis, tanto como grande exportador quanto como importador líquido. O carvão de Tete e o gás natural da Bacia do Rovuma representam mais de 50% do total das exportações e uma percentagem crescente das receitas em divisas. O país está num momento crucial no seu esforço para aproveitar as suas vastas reservas de gás natural para o desenvolvimento económico, ao mesmo tempo que lida com os riscos climáticos e as pressões da transição energética global. Embora os investimentos de grande escala em gás natural liquefeito (GNL) e carvão tenham posicionado o país como exportador emergente de combustíveis fósseis, o seu quadro fiscal continua a proporcionar amplos incentivos e isenções que limitam significativamente a mobilização de receitas públicas.

Este resumo de política baseia-se nas conclusões do relatório do Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD) e da TJNA, que avalia a estrutura, os custos e os impactos dos incentivos fiscais no sector dos combustíveis fósseis de Moçambique. O relatório conclui que, apesar de entradas substanciais de capital, particularmente em projetos de GNL, os retornos fiscais para o Estado permanecem desproporcionalmente baixos devido a isenções fiscais generosas, a mecanismos fracos de captação de receitas e a desafios de governação.

Principais conclusões:

- Moçambique oferece amplas isenções fiscais e tratamento fiscal preferencial nos sectores do gás e do carvão;
- Os investimentos em grande escala geram retornos fiscais limitados, devido a incentivos fiscais excessivos e a mecanismos fracos de captação de receitas;
- Perde-se uma receita significativa do Imposto sobre o Valor Acrescentado, dos direitos aduaneiros e da tributação das empresas em projetos de GNL.
- A política fiscal continua desalinhada tanto com os compromissos climáticos como com as prioridades da transição energética; e
- A dependência contínua do GNL arrisca-se a prender o país a uma dependência de combustíveis fósseis a longo prazo e à volatilidade do mercado global.

As prioridades urgentes incluem:

- Eliminar gradualmente as isenções desnecessárias de IVA/aduaneiras e as cláusulas de estabilidade para projectos de carvão/gás.
- Introduzir impostos ambientais direcionados (carbono, metano, queima) e alinhar com o Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras (CBAM) da União Europeia através de um imposto sobre o carbono no sector do alumínio.
- Destinar as receitas provenientes dos combustíveis fósseis a um Fundo Verde soberano para financiar a energia solar, a energia hidroelétrica e as protecções sociais.
- Alinhar a política fiscal com os compromissos climáticos e as estratégias de transição energética.
- Melhorar a transparência da ITIE em todos os incentivos à indústria extrativa.



2.0 Enquadramento e contexto

A economia de Moçambique tornou-se cada vez mais ancorada nas indústrias extractivas, particularmente no gás natural e no carvão. A descoberta de vastas reservas de gás no mar na Bacia do Rovuma impulsionou investimentos em grande escala, posicionando o país como um futuro exportador global de GNL. Projetos como o Mozambique LNG da TotalEnergies representam alguns dos maiores investimentos em África, avaliados em mais de 26 mil milhões de dólares americanos.

O quadro fiscal de Moçambique foi concebido para atrair investimento estrangeiro aos sectores extractivos de alto risco através de incentivos generosos, incluindo isenções fiscais, taxas de royalties reduzidas e tratamento preferencial ao abrigo de regimes fiscais específicos para o petróleo e a mineração. Os sistemas energéticos globais estão a mudar para a descarbonização e Moçambique enfrenta uma crescente vulnerabilidade climática, juntamente com pressões fiscais crescentes. Apesar disso, o actual regime fiscal continua a dar prioridade à expansão dos combustíveis fósseis, criando uma contradição estrutural entre as ambições de desenvolvimento, a sustentabilidade fiscal e os compromissos climáticos. Esta contradição é particularmente premente, tendo em conta a forte dependência de Moçambique do crescimento impulsionado pelas indústrias extractivas, a elevada dívida pública e os défices orçamentais estruturais, a exposição aos mercados globais voláteis de GNL e a significativa vulnerabilidade climática.

A transição requer, portanto, tanto a diversificação económica como a transformação tecnológica, garantindo que a descarbonização contribua para o crescimento, o emprego e o acesso à energia, em vez de restringir estes objectivos. A política fiscal tornou-se, portanto, uma alavanca central para determinar se Moçambique aprofunda a sua dependência de combustíveis fósseis ou faz a transição para um caminho de desenvolvimento mais resiliente e sustentável.

Neste contexto, a transição energética tem um duplo significado para Moçambique.



Como exportador, a transição implica reduzir progressivamente o peso dos combustíveis fósseis nas exportações e nas receitas públicas, investindo simultaneamente em indústrias de valor acrescentado e em infraestruturas de energias renováveis.



Como importador, e consumidor doméstico, a transição exige reduzir a dependência de combustíveis à base de petróleo nos sectores dos transportes, da indústria transformadora e dos serviços, que continuam quase totalmente dependentes de combustíveis fósseis.

3.0 O custo dos incentivos fiscais

3.1. Incentivos fiscais abrangentes

Moçambique oferece uma ampla gama de incentivos fiscais no sector dos combustíveis fósseis, particularmente nas operações de gás natural e carvão. Estes incentivos estão incorporados no quadro jurídico que rege as actividades petrolíferas e mineiras e incluem isenções de IVA, direitos aduaneiros e outros regimes fiscais preferenciais.

No sector do GNL, os projectos de grande escala beneficiam de isenções de IVA e de direitos aduaneiros sobre equipamentos e infraestruturas importados, de um tratamento preferencial em matéria de imposto sobre as sociedades durante as fases iniciais do projecto e de uma tributação reduzida ou diferida sobre os investimentos de capital intensivo. Por exemplo, o projecto de GNL de Moçambique beneficiou de mais de 700 milhões

de dólares americanos em IVA e direitos aduaneiros não cobrados sobre as actividades de perfuração, de aproximadamente 560 milhões de dólares americanos em isenções sobre a infraestrutura submarina e de uma tributação parcial de juros capitalizados avaliados em 3,6 mil milhões de dólares americanos, resultando numa significativa perda adicional de receitas. Da mesma forma, as operações de carvão na província de Tete, como as concessões da Vulcan em Moatize, geram retornos fiscais limitados, devido a baixas taxas de royalties (3%) e isenções de IVA, direitos aduaneiros, impostos especiais de consumo sobre equipamentos, juntamente com reduções de 25% no imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas para os primeiros anos lucrativos e cortes de 50% no imposto de transmissão de propriedade (SISA) (Langa 2013; Langa e Mandlate 2013).

Embora tais incentivos sejam frequentemente justificados como necessários para atrair investimento para sectores de alto risco, reduzem significativamente a capacidade do Estado de captar valor dos seus recursos naturais, como ilustrado pelos 4,93 milhões de dólares americanos da TotalEnergies em 2023, apesar de milhares de milhões em investimentos (TotalEnergies, 2024).

3.2. Riscos jurídicos e financeiros

Outro custo importante dos incentivos fiscais no sector dos combustíveis fósseis de Moçambique é o risco financeiro e jurídico acrescido decorrente das cláusulas de estabilidade e das disposições de resolução de litígios entre investidores e Estados (ISDS) nos acordos de projectos. Estes garantem condições favoráveis por um período máximo de 30 anos, podendo expor o Estado a processos de arbitragem de vários milhares de milhões de dólares se forem implementadas reformas fiscais. As estimativas mostram até 29 mil milhões de USD em riscos de ISDS de projectos como o de GNL da TotalEnergies, o que equivale a quase uma década de gastos em pobreza, saúde e educação. Este "efeito inibidor" desencoraja mudanças de políticas para a protecção ambiental, a transição justa ou a recuperação de receitas, perpetuando baixos retornos fiscais no contexto da descarbonização global.

3.3. Compromissos entre economia e desenvolvimento

Os generosos incentivos fiscais no sector dos combustíveis fósseis de Moçambique perpetuam uma "maldição dos recursos", em que as receitas voláteis das matérias-primas não conseguem impulsionar um amplo desenvolvimento, alimentando, em vez disso, a instabilidade macroeconómica, a desigualdade e o conflito social. Apesar de milhares de milhões em IDE, as indústrias extrativas contribuem modestamente para o crescimento do PIB, expondo simultaneamente a economia a choques de preços. A produção de carvão atingiu um pico de 12,9 milhões de toneladas em 2019, mas flutuou devido à logística e aos mercados, deixando a dívida pública acima de 100% do PIB e os serviços sociais subfinanciados. Estes incentivos prejudicam os investimentos na diversificação, com as receitas perdidas a limitar o financiamento destinado às

energias renováveis, às infraestruturas e ao capital humano bem como o acesso à eletricidade situa-se em apenas 55 % (END, 2025) e a pobreza rural persiste, apesar do boom do carvão na província de Tete. Os impactos locais agravam os compromissos: Moatize deslocaram milhares de pessoas com uma indemnização insuficiente, causando perdas de meios de subsistência, protestos e degradação ambiental; os projectos de gás em Cabo Delgado têm sido associados a um aumento da insegurança, num contexto de queixas de longa data relativas à exclusão dos benefícios. Coletivamente, este modelo de desenvolvimento consolida a dependência dos combustíveis fósseis, atrasando a transição para um crescimento resiliente e de baixas emissões de carbono.

3.4. Desfasamento entre o clima e a transição

Os incentivos fiscais aos combustíveis fósseis comprometem directamente os objectivos de transição energética de Moçambique, consolidando infraestruturas com elevadas emissões de carbono num contexto de descarbonização global e de vulnerabilidade climática a nível nacional. No âmbito do Plano Nacional de Energias Renováveis (PNER), o país tem como meta atingir 62 % de energias renováveis até 2030 e garantir o acesso universal através da energia solar, eólica e hidráulica. No entanto, o apoio orçamental fragmentado faz com que o investimento público no sector da eletricidade permaneça estagnado entre 2015 e 2023.

O Mecanismo de Ajustamento das Fronteiras do Carbono (MAFC) da UE agrava ainda mais este desequilíbrio ao impor um preço do carbono às importações de produtos com elevadas emissões, como o alumínio, e as receitas daí resultantes revertem para a União Europeia, a menos que Moçambique

adote uma taxa interna específica sobre o carbono. No caso de Moçambique, o perfil relativamente baixo em carbono da Mozal melhora a sua posição competitiva no âmbito do MAFC, mas, na ausência de um quadro nacional de tarifação do carbono, o país perde uma potencial fonte de receitas fiscais "verdes" que poderiam ser reinvestidas na sua própria transição energética. Ao mesmo tempo, a economia moçambicana continua estruturalmente dependente dos combustíveis fósseis. Em 2023, o carvão e o gás natural liquefeito foram os dois principais produtos de exportação de Moçambique em termos de valor, à frente do alumínio e da eletricidade, o que destaca o papel central em termos de valor, à frente do alumínio e da eletricidade, o que destaca o papel central dos combustíveis fósseis na cesta de exportações do país (Banco Mundial, 2024). Embora o país enfrente riscos climáticos significativos e tenha assumido compromissos no

âmbito do Acordo de Paris, a política fiscal continua a incentivar a expansão dos combustíveis fósseis. Os projectos de GNL em grande escala envolvem investimentos em infraestruturas a longo prazo, concebidos para funcionar durante décadas, o que, na prática, mantém o país dependente dos combustíveis fósseis. Estes projectos também geram externalidades ambientais e sociais significativas, incluindo:

Estes projectos também geram externalidades ambientais e sociais significativas, incluindo:



Emissões de metano e riscos associados à queima de gás



Deslocação em grande escala de comunidades



Degradação dos ecossistemas marinhos



Aumento da insegurança em regiões onde se desenvolvem projectos, como Cabo Delgado

4.0 A tributação como instrumento de transição estrutural

Em Moçambique, a tributação desempenha um papel decisivo na definição da forma como o valor é gerado e distribuído a partir de investimentos extractivos de grande escala, em particular no sector do GNL. O actual quadro fiscal, caracterizado por isenções generalizadas, tributação diferida e tratamento preferencial para projetos de grande envergadura, tem dado prioridade à atração de investimento em detrimento da captação de receitas, limitando a capacidade do Estado de transformar a riqueza dos recursos em resultados de desenvolvimento de base ampla.

O relatório demonstra que a tributação pode ser deliberadamente reorientada para desempenhar um papel transformador no percurso de desenvolvimento de Moçambique, não só desencorajando a dependência contínua dos combustíveis fósseis, mas também melhorando a mobilização de receitas e apoiando uma transição energética justa. Para tal, propõe uma estratégia dupla. Em primeiro lugar, é necessário reformar o regime fiscal para reduzir as perdas de receitas existentes, eliminando isenções fiscais excessivas, aumentando as taxas de royalties e introduzindo mecanismos como impostos sobre lucros extraordinários, de modo a garantir que o Estado obtenha uma parte justa das receitas provenientes dos recursos naturais.

Segundo, estas reformas devem ser complementadas por esforços mais intensos de mobilização de recursos internos, com as receitas estrategicamente canalizadas para investimentos em energias renováveis, eletrificação rural e sistemas de protecção social. É também dada grande ênfase à importância de criar mecanismos de financiamento específicos, tais como a afetação das receitas provenientes dos combustíveis fósseis a um Fundo Verde, para garantir que a riqueza proveniente dos recursos seja reinvestida no desenvolvimento sustentável. O relatório apela à introdução de uma tributação baseada no carbono e nas emissões para internalizar os custos ambientais, a par de incentivos específicos à reconversão, com vista a apoiar as indústrias e as comunidades na transição para a redução da dependência dos combustíveis fósseis. Em conjunto, estas medidas posicionam a tributação como um instrumento fundamental para promover tanto a resiliência orçamental como a transformação estrutural.

As recomendações propostas estão agrupadas em dois pilares complementares que respondem ao duplo desafio de Moçambique: reformar o regime fiscal dos combustíveis fósseis para reforçar a mobilização de receitas e articular a tributação com a agenda nacional de transição energética.



PILLAR 1: Reforma fiscal e mobilização de receitas

- Racionalizar e reformar os incentivos fiscais aos combustíveis fósseis
- Introduzir impostos ambientais e sobre lucros extraordinários
- Reforçar a transparência e a governação na gestão orçamental



PILLAR 2: Vincular a tributação à transição energética

- Destinar as receitas provenientes dos combustíveis fósseis ao investimento em energias renováveis
- Integrar a política fiscal no planeamento da transição energética
- Apoiar uma transição inclusiva através de incentivos específicos

5.0 Recomendações de políticas

A curto prazo: Melhorar a transparência e reduzir as perdas de receitas



Exigir a divulgação, no âmbito da ITIE

Exigir a divulgação, no âmbito da ITIE, de todos os incentivos fiscais, isenções e fluxos de receitas; reforçar a supervisão por parte do parlamento e das organizações da sociedade civil.



Rever e eliminar gradualmente isenções desnecessárias

Rever e eliminar gradualmente isenções desnecessárias (Imposto sobre o Valor Acrescentado, direitos aduaneiros, benefícios fiscais no âmbito do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas) para novos projetos e tornar mais rigorosas as regras relativas ao reporte de prejuízos ou à amortização.



Conceber medidas fiscais progressivas para as famílias

Conceber medidas fiscais progressivas para as famílias (descontos fiscais e subsídios para sistemas solares domésticos e tecnologias de cozinha limpas).

A médio prazo: Aumento das receitas e da infraestrutura



Introduzir impostos ambientais

Taxas sobre o carbono, taxas sobre o metano, sanções pela queima de gás; complementadas por um imposto sobre os lucros extraordinários gerados pelas receitas do GNL e do carvão durante os períodos de alta dos preços das matérias-primas.



Destinar as receitas provenientes dos combustíveis fósseis ao Fundo de Transição Ecológica

Destinar as receitas provenientes dos combustíveis fósseis ao Fundo de Transição Ecológica para a energia solar, eólica e hidroelétrica, o armazenamento de energia, a eletrificação rural e a adaptação.



Alinhar a estratégia fiscal com o PNER (Plano Nacional de Energias Renováveis)

Introduzir isenções temporárias do IVA para importações sustentáveis, créditos de investimento ecológico e taxas fundiárias reduzidas para projectos de energias renováveis.

A longo prazo: Eliminação progressiva a nível sistémico



Receitas dos canais para uma transição inclusiva

Introduzir deduções fiscais para projectos ecológicos públicos e incentivos ao desempenho associados ao conteúdo local, ao emprego e aos resultados em matéria de sustentabilidade. Criar um Fundo Verde específico para financiar a transição energética.



Renegociar as cláusulas de estabilidade para reduzir a dependência estrutural dos combustíveis fósseis

Negociar a redução da duração das cláusulas para 5-7 anos e implementar um modelo de eliminação gradual total que inclua taxas de royalties de 10 a 15 % e impostos progressivos sobre a produção.

6.0 Conclusão

O regime fiscal de Moçambique reflecte um modelo concebido para atrair investimentos em grande escala no sector dos combustíveis fósseis. Este modelo resultou numa captação limitada de receitas, num aumento da vulnerabilidade fiscal e num desfasamento em relação aos objectivos climáticos e de desenvolvimento. O relatório da CDD-TJNA demonstra que a tributação pode servir como um instrumento político transformador, não só para aumentar as receitas, mas também para reformular os incentivos, reforçar a resiliência fiscal e apoiar uma transição energética justa.



7.0 Referências

Langa, E. (2013). Ligações com mega projectos: Oportunidades limitadas a determinados grupos. IESE.
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_55.pdf

Langa, E., & Mandlate, O. (2013). Questões à volta de ligações a montante com a Mozal. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013* (pp. 175–210). IESE.

TotalEnergies. (2024). Tax transparency report (Relatório sobre transparência fiscal)2023https://totalenergies.com/sites/g/files/nytnzq121/files/documents/totalenergies_tax-transparency-report-2023_2025_en_pdf.pdf

Banco Mundial (2024). Resumo do comércio de Moçambique 2023 (Perfil do País da WITS). World Integrated Trade Solution(Solução Global de Comércio Integrado).
<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/MOZ/Year/2023/Summary>



Published by

Tax Justice Network Africa

Jaflo Limited | Block 3 | 106 Brookside Drive | Westlands

P.O Box 25112-00100 Nairobi Kenya

Email: info@taxjusticeafrica.net

Tel: (+254) 728 279 368

www.taxjusticeafrica.net